



**CRISE E INSTABILIDADE POLÍTICA ECONÔMICA: OS
RECENTES SINAIS DE RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA
BRASILEIRA E PARANAENSE**

**POLITICAL ECONOMIC CRISIS AND INSTABILITY: THE
RECENT SIGNS OF RECOVERY IN THE ECONOMY BRAZILIAN
AND PARANÁ**

DANIELLE DAVID MARQUES,
Formanda do curso de Ciências
Econômicas da Unespar/Apucarana
marquesdani6@gmail.com

PAULO CRUZ CORREIA,
Graduado em Economia e Administração
pela Universidade Estadual do Paraná,
Especialista em Economia de Empresas,
Mestre em Economia Industrial pela
UFSC, Doutorando em Economia
Regional pela UFRGS e professor da
Universidade Estadual do Paraná.
correiapc@yahoo.com.br

BENEDITO ALBERTO DA SILVA,
Benedito Alberto da Silva, Formado
em Ciências Contábeis pela
Unespar/Apucarana; Mestrando em
Contabilidade Gerencial pela
UEM/Universidade Estadual de
Maringá
bene_@alberto@hotmail.com

CESAR EDUARDOS. BAGNOLO
Mestre em Engenharia da Produção
pela Unimep, Pós-graduado em
instrumentalização Didática e
Pedagógica pela IMI Instituto Maria
Imaculada de Mogi – Guaçu e
Administração da produção pelo INPG.
Professor do curso de Projetos
Mecânicos da FATEC de Mogi Mirim.
cesar.eduardo12@terra.com.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é discutir a atual crise econômica – que no mundo começou em 2008 – com forte impacto a economia brasileira e paranaense e as possibilidades recentes de recuperação. A metodologia utilizada é a da compilação de informações referentes e mediante a exploração de dados estatísticos do período. O grande problema do desajuste nacional aconteceu em 2015, um ano atípico, onde em 2014, a queda das compras e valoração das commodities impactaram na balança comercial brasileira, a crise externa, principalmente na Europa se agravou, a Rússia e a China, importantes compradores brasileiros também foram fortemente afetados pela contração imposta pela crise. A balança brasileira perdeu divisas em 2014 e 2015, levando a desvalorização de grandes empresas e generalizando queda nas bolsas de todo o mundo. Especificamente em relação ao Paraná, a economia Paranaense sofreu com os abalos da crise de 2008, em relação ao seu mercado externo, por que os compradores paranaenses foram fortemente afetados pela crise internacional. Entretanto, o estado paranaense vem dando respostas positivas, a queda nos anos de 2015 e 2016 da economia paranaense em relação à economia brasileira foi menor, isso permitiu a economia paranaense manter seu volume de renda, ampliar a sua produtividade, especificamente no segmento de agronegócio e, com isso oferecer respostas positivas nos anos que se seguiram pós 2018.

Palavras Chaves: Crise, Brasil, Paraná

ABSTRACT

The objective this paper is discuss the economic crisis – which began in 2008 in the world – with a strong impact on the economy Brazilian and Paraná and the recent possibilities of recovery. The methodology used is the compilation of information referring the exploration of statistical descriptive for the period. The big problem the national maladjustment happened in 2015, an atypical year, where in 2014, the drop in purchases and valuation of commodities impacted the Brazilian balance, the external crisis, especially in Europe, worsened, Russia and China, important buyers Brazilians were also strongly affected by contraction imposed by crisis. The Brazilian balance lost currency in 2014 and 2015, leading to the devaluation the large companies and a general decline in stock exchanges around the world. Specifically in relation to Paraná, the economy Paraná suffered the shocks of the crisis 2008, in relation its foreign market, because buyers from Paraná were strongly affected by the international crisis. However, the state of Paraná has been positive responses, the fall in 2015 and 2016 the economy Paraná compared the economy Brazilian was smaller, this allowed the economy Paraná to maintain its volume income, expand its productivity, specifically in the segment agribusiness and, with that, positive responses in years that followed after 2018.

Keywords: Brazil, Economic Crisis

1 INTRODUÇÃO

A crise financeira de 2008 teve como estopim uma bolha imobiliária nos Estados Unidos; os valores imobiliários aumentaram, no entanto a renda não acompanhou tal crescimento, o que desestabilizou o mercado financeiro da nação e, conseqüentemente, os mercados financeiros mundiais. O governo brasileiro, prevendo o impacto da crise na economia do país, tomou algumas medidas a fim de estimular a demanda interna. Dentre essas ações destacam-se a redução da taxa Selic, do imposto sobre produtos industrializados (IPI), o aumento da oferta de crédito através dos bancos públicos e o aumento do investimento governamental em programas sociais.

Apesar dos esforços o Brasil não ficou imune às conseqüências da crise global. O PIB brasileiro sofreu oscilações negativas e as taxas de crescimento obtidas foram baixas. A produção industrial regrediu no país, houve aumento da taxa de desemprego devido à queda na produtividade nacional e internacional. As balanças comerciais brasileira e paranaense também foram prejudicadas, afetadas pelo esgotamento da capacidade econômica de seus parceiros comerciais.

Ao longo desse estudo será discutido o impacto da crise econômica iniciada em 2008 nas economias brasileira e paranaense, com foco no período após 2014, e as possibilidades recentes de recuperação econômicas. A primeira seção aborda os pontos básicos das teorias keynesiana e schumpeteriana para o desenvolvimento econômico. A segunda apresenta uma análise das questões referentes à crise para o Brasil e os impactos resultantes da crise no exterior. A terceira seção analisa a economia paranaense no mesmo período, contextualizando o estado nos cenários econômicos brasileiro e mundial. A quarta e

última seção apresenta as considerações finais, discorre sobre os sinais da recuperação econômica do Brasil e do Paraná; e, por fim apresenta sugestões de melhorias para os pontos negativos encontrados.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa caracteriza-se por ser exploratória, a fim de investigar e interpretar dados e pesquisas referentes dos efeitos da crise econômica na década e os recentes sinais de recuperação da economia brasileira. A pesquisa foi desenvolvida por meio de bibliografias, por exemplo, a metodologia consiste em descrever as fontes de pesquisa, quais as referências principais utilizadas e o processo de estudo, a proposta de seleção das leituras, o recorte do período e o critério de seleção de determinados autores ao invés de outros. Foram utilizados dados secundários coletados por meio de informações digitais, relatórios e livros a fim de explorar o tema e, assim, espera-se poder responder aos objetivos propostos para este trabalho. O embasamento teórico, que abrange o primeiro capítulo, mostra os principais conceitos referentes ao desenvolvimento para Keynes e Schumpeter. Foram utilizados materiais bibliográficos amparados nos principais autores que discutem esta problemática: Keynes, Schumpeter e os neoschumpeterianos.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA

3.1 A Teoria Keynesiana

A Teoria Neoclássica é a de que o mercado se equilibra por si só. Mas, existem premissas diferentes sobre a promoção do emprego, importante para o equilíbrio das economias. A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda (Teoria Geral) foi publicada nesse contexto e veio de Cambridge, um meio

em que Marshall e seus discípulos buscavam teorias cujas conclusões eram otimistas em relação às forças persistentes do mercado. Ainda que admitissem imperfeições e falhas nos mecanismos de mercado, que justificariam intervenções do Estado, havia forte crença na tendência dos desequilíbrios se ajustarem automaticamente. Foi nesse ambiente, cultivado em Cambridge, que Keynes publicou sua obra e o termo “revolução” (KEYNES, 1992).

A Teoria Geral, em oposição às ideias anteriores, conclui, basicamente, que a economia pode sofrer com insuficiência de demanda, rígida oferta no mercado de trabalho, o que implica em desemprego involuntário; diante de tais situações de baixa demanda e desemprego persistente, Keynes argumentava que não há motivos teóricos, nem indícios na realidade, para crer que a economia seja, por si só, auto ajustável.

Segundo Keynes (1992), a ênfase no termo geral se justifica por ser uma teoria que se aplica não só ao caso especial do pleno emprego, como ocorria na abordagem ortodoxa, mas, aos casos que se coadunam com a realidade observada nas economias capitalistas.

Keynes (1992), faz oposição aos clássicos, que diziam que a oferta criava sua própria demanda (lei de Say), que o desemprego era esporádico, ou seja, que ao sabor do mercado, logo as pessoas desempregadas iriam ter seus empregos de volta, mas isso não acontecia, porque na época o desemprego na Inglaterra, por exemplo, alcançava altas taxas.

Keynes (1992), diz que não é a oferta que cria a demanda, e sim a demanda que cria a oferta. Ele parte do princípio de que a demanda efetiva é o fator que determina o nível de produção, essa demanda efetiva não é apenas a demanda efetivamente realizada, mas ainda o que se espera que seja gasto em consumo das famílias, mais o que se espera que seja gasto em investimento pelas empresas. O Princípio de que o desemprego pode ser eliminado através de obras públicas,

parte do multiplicador Keynesiano, esse ciclo se inicia com a criação de obras públicas pelo Estado, contratando pessoas para trabalharem, o que vai gerar salário para elas. Esse salário será revertido em consumo de bens. Assim, a economia fica aquecida e o desemprego praticamente não existe.

Keynes (1992), defendia a intervenção do governo na economia, quando ela se encontrasse na condição de nível elevado de desemprego involuntário; e, de insuficiência crônica de demanda efetiva, como forma de retomar uma nova etapa de crescimento, reaquecendo uma economia estagnada ou em recessão; o que não poderia acontecer como preconizado pela teoria neoclássica, através dos mecanismos autorreguladores do mercado.

3.2 A Teoria Schumpeteriana

Na visão de Schumpeter, as atividades de inovação ocorrem em determinado período. Trata-se de um processo que sofre descontinuidade temporal, fazendo com que a economia se desenvolva através de períodos de expansão e de depressão. Neste último período, as ocorrências de irregularidades, perdas, incerteza, etc. levam as firmas a distintas possibilidades: cair, tentar sobreviver, mudar de indústria ou adotar outros métodos, passar pelo teste, corrigir erros, etc.; enquanto, no primeiro período, a corrente de bens é enriquecida, a indústria reorganizada e os custos de produção são reduzidos. Neste, há na economia um efeito qualitativo diferente decorrente da incorporação de coisas diferentes, introdução de novas combinações, criação de empreendimentos novos e de aparecimento em massa de empresários inovando no sistema económico (SCHUMPETER, 1985).

Apesar desta dinâmica, Schumpeter tinha um temor posto pela perda de interesse do empresário em inovar, quando o capitalismo com seus métodos de produção chegam a um estado de perfeição. Tinha um receio de que a administração da indústria se

transformasse numa rotina e que viessem a ocorrer dificuldades em inventar coisas novas. Com o progresso econômico tornando-se despersonalizado, automatizado, rotinizado, etc. perderia o empresário a função social de mudança, ocorreria declínio da concorrência, encerraria-se a liberdade de escolha; enfim, o capitalismo poderia chegar a um estágio de desmoronamento de suas paredes (SCHUMPETER, 1985; CORREIA, 2012).

Contudo, apesar de Schumpeter ter sido um pioneiro ao enfatizar a importância da inovação como principal fonte da dinâmica do desenvolvimento capitalista, uma corrente de pensadores nas duas últimas décadas, tem avançado com a teoria inovacionista considerando esta como principal fonte de desenvolvimento econômico.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Avanços da Política Econômica no Brasil

Esta seção analisa algumas das ações tomadas pelo governo para gerar crescimento econômico diante da propagação da crise financeira iniciada em 2008, período em que países sensibilizados realizaram políticas econômicas a fim de proteger o produto nacional e a manutenção de garantia do crédito e de liquidez. São apresentadas também algumas das políticas econômicas do

período da recessão brasileira, iniciada em meados de 2014, e os recentes movimentos da economia nacional.

A ampliação de crédito doméstico foi um fator preponderante para a minimização dos efeitos internacionais sobre a liquidez, a confiança dos consumidores e a substituição da escassez ao crédito internacional após a crise financeira de 2008. O Banco Central brasileiro, diante do cenário de restrição de liquidez no segmento bancário de pequeno e médio porte, tomou medidas para gerar estabilidade e incentivar a demanda interna. Algumas das medidas foram; a redução do recolhimento compulsório sobre o depósito bancário; autorização para utilizar cerca de 70% de seus recolhimentos compulsórios sobre depósitos a prazo; para compra de direitos creditícios no mercado interbancário, com o intuito de diminuir o spread bancário, minimizar o custo ao crédito e garantir a liquidez. A tabela 1 apresenta a expansão das operações de crédito no Sistema Financeiro Nacional (SFN), que envolveu o segmento de recursos livres¹ e direcionados² ao longo do período de 2008 a 2019.

Tabela 1: Evolução do Crédito nacional, em R\$ bilhões, 2008-2019:

RECURSOS	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Livres	871,2	954,5	1.116	1.304,8	1.399,2	1.506,8	1.577,2	1.637,2	1.556,6	1.591,6	1.765,0	2.013,8
Direcionados	356,1	459,8	589,8	725,2	969,2	1.204,6	1.440,3	1.582,1	1.549,5	1.513,7	1.499,9	1.464,6
Total	1.227,3	1.414,3	1.705,8	2.030,1	2.368,4	2.711,4	3.017,5	3.219,3	3.106,1	3.105,3	3.264,9	3.478,4

Fonte: BACEN, MDIC, (2021).

Em 2009 a variação nos recursos direcionados em relação a 2008, foi próximo a (29,12%) positivo; seguindo 2010 (65,63%); 2011 (103,65%); 2012 (172,17%); 2013 (238,28%); 2014 (304,47%); 2015 alcançando (344,31%) com base em 2008.

A atuação dos Bancos Públicos se tornaram mais frequentes em resposta à crise, no âmbito fiscal, o governo federal baseou-se em cinco principais frentes: i) expansão dos investimentos do PAC pós 2007; ii) Programa Minha Casa Minha Vida subsidiada em grande medida pelo crédito habitacional direcionado; e, (BNDES) com R\$ 28 bilhões em subsídios e R\$60 bilhões em investimentos; iii) Plano Safra 2009-2010 com R\$107 bilhões; iv) manutenção e expansão dos programas sociais (bolsa família - R\$12 bilhões – e, reajuste do salário-mínimo que injetou R\$20 bilhões na economia em 2009; e, v) redução de tributos: IRPF, IPI, IOF, PIS/COFINS (BACEN, 2016, 2017; PAC I; PAC II, 2016). Como pode-se observar, no período de 2008 a 2015 o crescimento do crédito de recursos direcionados foram reflexos de atuação das instituições financeiras públicas na tentativa de políticas anticíclicas, ação que vai de encontro às bases teóricas deste trabalho; tanto no processo de desenvolvimento econômico de Schumpeter, quanto na teoria monetária de Keynes: o crédito bancário desempenha um papel indispensável.

Em 2016 a variação da oferta dos recursos direcionados caiu aproximadamente (- 2,06%) em relação a 2015 e seguiu em queda nos anos seguintes, cerca de (-2,31%) em 2017; (-0,91%) em 2018, em relação ao ano anterior; e aproximadamente (-2,35%) em 2019, com base em 2018. A oferta de recursos livres recuara aproximadamente (-4,92%) de 2015 para 2016, mas depois voltou a subir, atingindo um índice expressivo de crescimento em 2019, de aproximadamente 14,1% em relação a 2018.

4.2 O Comércio Internacional

Em 2019 o Brasil obteve uma receita de aproximadamente US\$224,01 bilhões na balança comercial. Houve um superávit na balança comercial de US\$46 bilhões, no entanto o resultado foi 20,5% inferior ao saldo apurado no ano anterior, de US\$58 bilhões. Foi o menor desempenho desde 2015, quando o superávit foi de US\$19 bilhões. Isso se deve à recessão brasileira que se iniciou em meados de 2014, reflexo da crise financeira de 2008.

Em 2015 as balanças comerciais brasileira e paranaense foram afetadas pelo esgotamento da capacidade econômica de seus parceiros comerciais, que até então estavam em crescimento econômico. Tal crescimento econômico aliado às políticas de estímulo à demanda interna foram os principais fatores responsáveis pelo Brasil ter sentido os efeitos da crise de 2008 de forma mais branda. As exportações para a China aumentaram mais de 500% entre 2005 e 2011, o que contribuiu para o crescimento do PIB brasileiro, mesmo com a crise de 2008. Em 2011 o Brasil obteve um saldo de US\$256 bilhões devido ao aumento do preço das commodities e do aumento na quantidade demandada pelos países aliados. (Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Economia).

Em 2016 o superávit foi de US\$47,69 bilhões, o maior da história, e simultaneamente as importações aumentaram 9,31%, de US\$ 10,54 bilhões para US\$ 11,52 bilhões. A receita da exportação somou cerca de US\$185,2 bilhões. Em 2017 houve um superávit de US\$ 67 bilhões e, segundo o MDIC, tratou-se do melhor resultado para um ano fechado desde o início da série histórica desse ministério, que existe desde 1989. O saldo da balança comercial em 2018 foi de US\$ 58,3 bilhões e, segundo o Ministério da Economia, esse é o “segundo melhor desempenho registrado desde 1989”.

Gráfico 1 - Exportações de produtos de commodities do Brasil, em percentual - 2019:

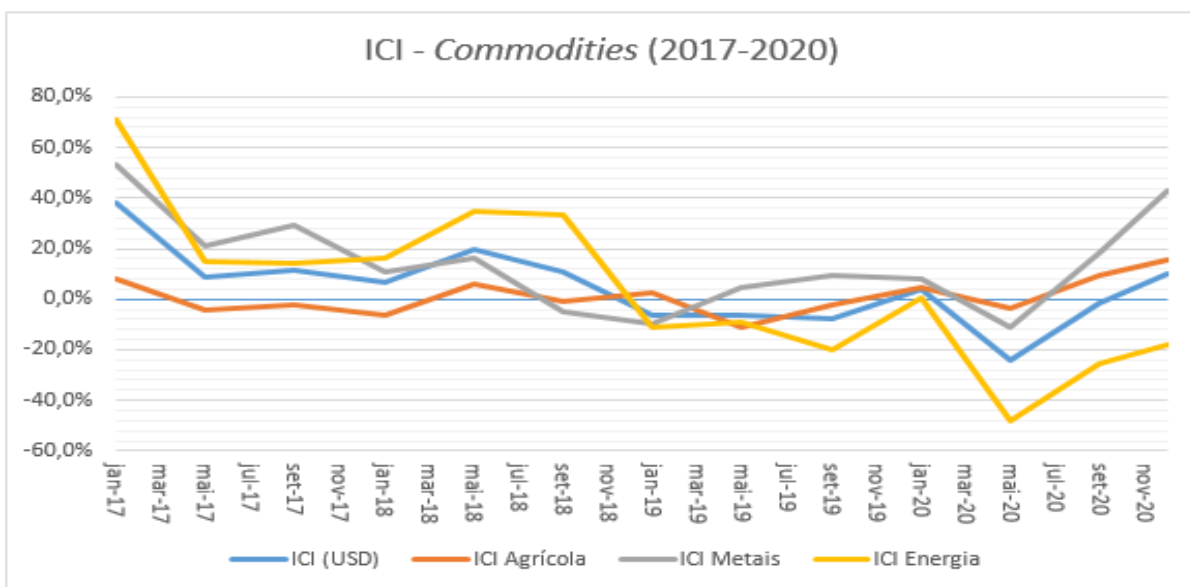


Fonte: Adaptado de MDIC; SISCOMEX.

O ICI commodities é um indicador índice usado pelo Banco Itaú composto pelas médias mensais dos preços internacionais de dezesseis das principais commodities, ponderadas com base no valor global da produção de cada uma delas, sendo divididas em três grupos: agrícolas, metais e energia, como seguem as dispersões no gráfico 2.

Analisando o gráfico 2 verifica-se que o índice vem sofrendo quedas notórias ao longo dos últimos anos, atingindo o ponto mínimo em meados de 2020 e voltando a subir bruscamente ao fim do ano. Até o fim de 2015 o real foi sobrevalorizado frente ao dólar, estratégia para assegurar o nível de renda aos produtores, mas após esse período o Real começa sofrer forte desvalorização.

Gráfico 2 - Exportações de produtos de commodities do Brasil, em percentual 2017-2019:



Fonte: Adaptado de ITAÚ e MDIC (2021).

A queda dos preços implica em percas da receita de exportação, o que afeta a perspectiva dos produtores e, conseqüentemente, a quantidade de estoques em reserva e a perspectiva de produção para o próximo ciclo. Com quantidades menores espera-se que os preços aumentem, pelo princípio da escassez, e tratando-se de *commodities* isso resultará no aumento dos preços dos bens finais na economia doméstica.

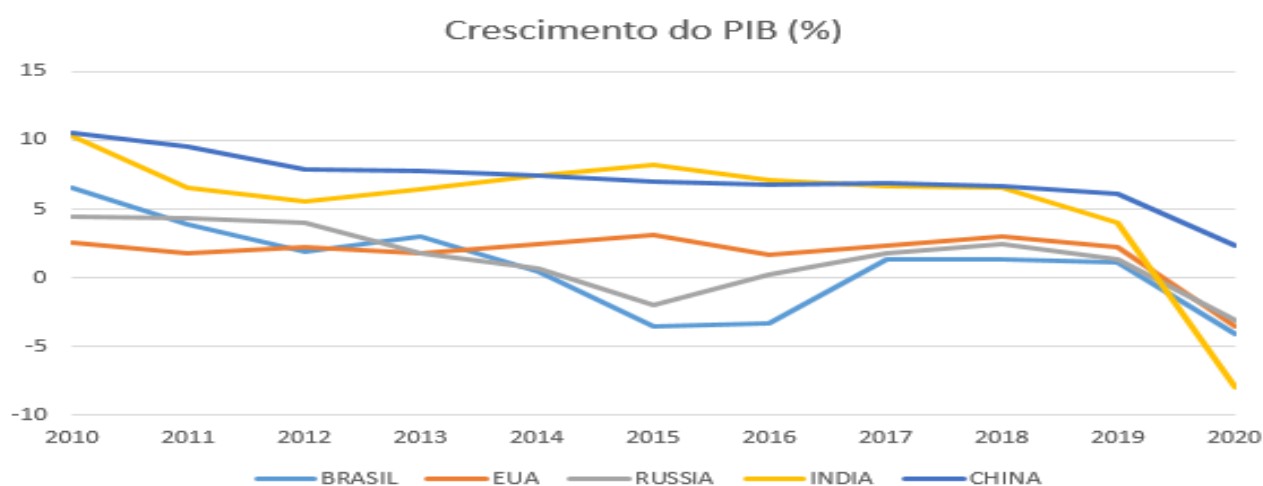
4.3 Perspectivas de Crescimento Econômico

O crescimento nos últimos anos se manteve, como apresentado na primeira seção, sob auxílio e ação governamental direta, com intuito a garantia de crédito e liquidez; porém, este modelo não apresentou consistência ao fim de 2013 e início de 2014. Os melhores resultados da década aconteceram em 2010, devido às medidas de

estímulos adotadas pelo governo brasileiro, o que rendeu um crescimento de 7,5%. Neste período a taxa básica de juros SELIC era de 10,75% ao ano e com IPCA referente ao mês de dezembro de 5,91%. Em 2015, quando a economia apresentou estagnação e recessão, o PIB teve uma queda de (- 3,8%), com IPCA acumulado de 10,67% para dezembro, e taxa básica de juros de 14,25% ao ano.

Em 2016 o PIB caiu 3,6% em relação ao ano anterior, uma queda significativa, mas inferior à registrada em 2015. O IPCA referente ao ano foi de 6,29%, a menor taxa registrada em três anos, e o ano fechou com a taxa SELIC a 14,00%. Em 2017 o país registrou um crescimento de 1,3%, o do último trimestre (0,1%), o que indica que a recessão estava ficando para trás. O IPCA acumulado no ano foi 2,95%, ficando 3,34 pontos percentuais abaixo do registrado em 2016.

Gráfico 3 – Crescimento do PIB brasileiro comparado ao de países concorrentes, 2010-2020:



Fonte: Adaptado de IBGE; Worldbank.

Nos anos seguintes a economia brasileira continuou a crescer suavemente. Em 2018 o Brasil registrou um acréscimo de 1,3% no PIB, e um IPCA acumulado de 3,9% e a SELIC foi mantida fixa a 6,5%. Em 2019 o Brasil

registrou um crescimento de 1,1%, e a SELIC caiu para 4,5%.

Em 2020 se iniciou a pandemia de coronavírus, que derrubou bruscamente a economia global. A economia brasileira, que registrou uma queda de (-4,1%), sofreu com

restrições impostas à atividade econômica, a queda na renda das famílias e os adiamentos de investimentos e projetos empresariais e pessoais. Os EUA registraram uma queda de (-3,5%); a Rússia de (-3,1%); a Índia de (-8%); a China cresceu 2,3%, uma queda de 3,83 pontos percentuais em relação ao crescimento de 2019.

Os efeitos negativos podem ser observados também pela taxa de desemprego, que apresenta correlação com o crescimento. Ao analisar o gráfico percebe-se que a taxa de desemprego estava em queda no início da década, atingindo seu ponto mínimo em 2013 com um índice de 4,3%. Em 2014 o índice volta a subir (4,8%) e se inicia o período da recessão brasileira. De 2014 a 2017 a taxa de desemprego deu um salto,

atingindo 8,25% em 2015; 11,5% em 2016; 12,7% em 2017.

As evoluções da taxa básica de juros contribuíram para o encarecimento do crédito, com custo de capital mais caro e alta taxa de desemprego, criam-se acumulação de estoques não planejados, forçando os empresários a reduzirem suas capacidades produtivas, gerando capacidade ociosa, de maneira que minimize os custos de produção. As percas dos postos de trabalho foram resultantes diretas do mau desempenho do crescimento e desenvolvimento da economia brasileira. O período foi agravado pelo cenário de crise no âmbito político.

Gráfico 4 – Evolução da taxa de desemprego no Brasil, 2010-2020:



Fonte: Adaptado de BACEN

Em 2018 houve uma queda de 1,1% em relação a 2017 e o índice registrou 11,6%, voltando a subir em 2019 (11,9%) e se agravando-se em 2020, atingindo 13,5% da população. Além dos problemas econômicos oriundos da recessão brasileira e da crise política também houve uma piora nas condições do mercado de trabalho em decorrência da pandemia da Covid-19. O que se espera dessa pesquisa é analisar os recentes movimentos da política econômica brasileira, identificar os sinais de recuperação

e possivelmente sugerir meios de reversão do processo.

5 O RECENTE CRESCIMENTO DA ECONOMIA PARANAENSE

5.1 Crescer Para Vencer a Crise

De 1995 a 2010 a economia paranaense registrou um crescimento real de 3,3% ao ano, segundo dados do IBGE, acima da taxa de 2,8% a frente da economia

brasileira para o mesmo período. Segundo o IPARDES, parte da expansão da renda estadual colaborado pela infraestrutura de transportes, um plano estratégico que passou a contar com melhorias e acréscimos nos sistemas viários para o escoamento da produção aos portos, beneficiando o consumo interno e as vendas do estado para o mercado externo. Em 2007 foi criado o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), vigente até 2010, com estratégias de crescimento para curto e longo prazo para desenvolver a economia brasileira, o Paraná se beneficiou fortemente desse plano; como a facilitação do crédito, taxas de juros competitivas, projetos de infraestrutura e habitacionais que impulsionaram a economia paranaense. Tais medidas cooperaram para o enfrentamento da crise financeira iniciada mundialmente em 2008.

Em 2011 o Paraná apresentou evolução expressiva em alguns indicadores econômicos, como o aumento de 4% do PIB (acima da previsão de 3%). O governo estadual estimulou a produção e geração de empregos, angariando investimentos de dezenas de empresas nacionais e estrangeiras. Em 2012 o índice recuou, com queda em relação a 2009, mas seguiu como um dos melhores desempenhos do país. O setor de serviços foi o único a registrar alta enquanto os demais apresentaram queda para aquele ano. O encolhimento da produção, em 2012, se deve em parte aos efeitos da crise financeira de 2008 nos parceiros comerciais do estado.

No ano de 2013 o PIB paranaense cresceu acima da previsão e o estado ultrapassou o Rio Grande do Sul e se tornou a quarta maior economia, entre os estados brasileiros, mas em 2014, o país obteve baixa taxa de crescimento e, a partir daí começou-se a caminhar para uma recessão mais severa. Uma crise política começava a se instaurar no Brasil, influenciando as expectativas econômicas para produção, renda e consumo e incerteza para novos

investimentos e, o estado paranaense teve recuo de -1,5% no PIB.

Em 2015 o Paraná teve recuo de -3,4%, valor próximo ao apresentado pelo país no mesmo período (-3,5%), verifica-se a prova de inter-relação entre as economias estadual e a nacional. Os setores da indústria e de serviços sofreram quedas, diferente do setor agropecuário, que cresceu e seguiu-se avançando em anos seguintes, com as melhorias tecnológicas aplicadas no campo, o que fez com que o Paraná enfrentasse recessão menos severa em relação ao Brasil. O PIB avançou 4,4% em 2015, ante 1,8% na média nacional.

Em 2016 houve uma nova queda de -2,9% para o Paraná, frente aos -3,3% anotados pela economia nacional. Todos os estados, exceto Roraima e o Distrito Federal – cujos setores governamentais cresceram 3,3% e 0,6%, respectivamente – apresentaram queda. Entretanto, o desempenho paranaense se destacou e o estado ocupou o quinto lugar no ranking nacional.

Após três anos de quedas, em 2017 o Paraná registrou um crescimento de 2%, acima dos 1,3% da economia brasileira, o que o manteve no quinto lugar do ranking nacional. A agroindústria cresceu 12%, os serviços 1,3%, mas o setor industrial continuou em queda, registrando -0,2%. Em 2018 o crescimento foi menor, 1,2% frente aos 1,8% registrados no Brasil. As quebras das safras de milho e feijão contribuíram para esse desempenho, com a queda do agronegócio, assim como a continuidade da retração da indústria paranaense e a queda na demanda por alguns serviços.

Em 2019 o estado registrou um aumento de 0,5%, menor que o índice nacional (1,1%), porém deu sinais de recuperação com a indústria que apresentou crescimento de 5,4%, o maior índice de produção industrial do país, enquanto o índice nacional teve um recuo de -1,1%. O governo estadual destinou cerca de R\$23bi a apoio de projetos privados, um esforço a fim de atrair

investimentos, aumentar os níveis de emprego e a capacidade produtiva do estado. Em 2020 se iniciou a pandemia da COVID-19, fator que prejudicou a produção, a mobilidade e as arrecadações no mundo todo e o Brasil foi um dos países mais afetados por ela. O PIB nacional encolheu -4,8% em termos reais, a indústria e os serviços foram os setores mais prejudicados tanto para a economia brasileira, quanto paranaense. O Paraná esforçou-se para conter os danos, aumentando em 21% seus investimentos em relação ao ano anterior; no entanto a crise na Saúde e as restrições de mobilidade ampliaram a

retração, a produção industrial teve queda de 2,6% e, a demanda por serviços, teve uma queda de 33,7%, com diferenças de 29,9% para a receita. Apesar do crescimento no setor do agronegócio, o estado fechou o ano com 9,8% da população economicamente ativa desempregada, abaixo da média brasileira com 13,9%. Apesar de tudo a criação de empregos avançou e o Paraná criou 52.670 novas vagas de emprego no mercado formal em 2020, sendo o segundo maior índice do país

A tabela 2 apresenta uma série histórica dos PIBs paranaense e brasileiro, bem como a participação do estado no montante federal no período de 2010 a 2019.

Período	Brasil			Paraná			Participação PR/BR (%)
	Valor a preços correntes	Variação nominal (%)	Variação real (%)	Valor a preços correntes	Variação nominal (%)	Variação real (%)	
2010	3.885.847	16,59	7,5	225.205	14,51	9,9	5,80
2011	4.376.382	12,62	4	257.122	14,17	4,6	5,88
2012	4.814.760	10,02	1,9	285.620	11,08	-0,03	5,93
2013	5.331.619	10,73	3	333.481	16,76	5,5	6,25
2014	5.778.953	8,39	0,5	348.084	4,38	-1,5	6,02
2015	5.995.787	3,75	-3,5	376.963	8,3	-3,4	6,29
2016	6.269.328	4,56	-3,3	401.814	6,59	-2,6	6,41
2017	6.585.479	5,04	1,3	421.375	4,90	2,0	6,40
2018	7.004.141	6,36	1,8	437.866	4,40	1,2	6,28
2019	7.407.024	5,75	1,1	454.703	3,83	0,5	5,72

Adaptado de IBGE (2021); IPARDES (2021); FIEP (2021).

A tabela 02, acima, apresenta a configuração da Economia Paranaense, que tem crescido quase sempre à frente da economia brasileira, um reflexo da alta produtividade do Estado e da implementação de novas tecnologias e das expectativas positivas do Estado Paranaense para gerar e criar novas riquezas.

Em relação a criação de empregos, esta capacidade é importante indicador ao mercado de trabalho que demonstra o número de empregados admitidos descontando os que foram demitidos, obtidos via CAGED/Secretaria de Trabalho/Ministério da Economia. A taxa de desocupação está

abaixo da média brasileira desde 2015, mas configura-se como a maior da região Sul, considerando o 3º trimestre de 2015 e o 3º trimestre de 2019 (PNAD, 2019). Entretanto, o cenário para 2021 se mostra mais promissor; no primeiro semestre, segundo o CAGED, o Paraná apresentou saldo, para o primeiro semestre de 118.000 vagas.

No mês de julho de 2021, o saldo de empregos foi de 14.492 vagas preenchidas. No acumulado do ano até julho os serviços apresentam saldo de 47.836 vagas e, no comércio, o número soma 26.700 novos empregos. São dados recentes importantes, que mostram a recuperação econômica do

estado paranaense. Os empregos foram os mais afetados pela crise sanitária que se iniciou em 2020, à medida que a vacinação e a conjuntura sanitária melhora, as possibilidades de recuperação econômica também avançam, é o que se espera para destravar a geração de empregos no Paraná e vencer a crise.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou apresentar a crise e a instabilidade econômica na última década, a fim de identificar sinais de recuperação das economias brasileira e paranaense. As bases teóricas sobre as quais esse trabalho foi desenvolvido foram as teorias de Keynes, que propõe soluções ao enfrentamento à crise econômica através do acréscimo no investimento, e Schumpeter, que discorre sobre desenvolvimento econômico e coloca a inovação como força motriz para novos avanços. Os autores compartilham algumas semelhanças em suas abordagens, a principal delas para este estudo foi a questão do crédito. Tanto no processo de desenvolvimento econômico de Schumpeter, quanto na teoria de Keynes, o crédito bancário desempenha um papel indispensável para o financiamento da atividade econômica, em especial na produção e inovação.

A década foi marcada por uma série de quedas na produtividade interna, o que teve raiz na crise financeira de 2008. O cenário se agravou durante a recessão brasileira, que se iniciou em meados de 2014 e aconteceu simultaneamente a uma crise política. Em 2017 houve uma leve recuperação, e o índice se manteve estável até 2019. Em 2020 houve uma queda brusca no PIB brasileiro que, devido à pandemia do coronavírus, sofreu com restrições impostas à atividade econômica, a queda na renda das famílias e os adiamentos de investimentos e projetos empresariais e pessoais. Desde a crise brasileira o país já vinha sofrendo com os aumentos nos níveis de desemprego, cenário

que se agravou devido à pandemia da Covid-19. Economicamente as exportações cresceram até 2014, onde o saldo fica negativo pela primeira vez na década; em 2015 houve uma leve recuperação e o saldo volta a ficar positivo. A balança seguiu obtendo superávits até 2020, quando foi registrado o terceiro maior saldo desde o início da série histórica, iniciada em 1989.

É fundamental neste momento que o governo federal em parceria com as instituições financeiras, promova políticas monetárias e orçamentárias, que aumentem os níveis de emprego e renda, a fim de aquecer a economia, e também estimule a inovação a fim de gerar crescimento e desenvolvimento econômico. No curto prazo é absolutamente necessário que o governo faça o possível para gerar emprego e renda para a população, a fim de evitar um agravamento do panorama econômico. As despesas com investimentos deverão aumentar para promover estabilidade e desenvolvimento, no entanto é necessário atentar para uma distribuição eficiente desses recursos.

REFERÊNCIAS

- BACEN – Banco Central do Brasil. “SGS - Sistema Gerenciador de Séries Temporais”. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries>. Acesso em 12 de abril de 2021.
- CORREIA, Paulo Cruz. PROGRESSO TÉCNICO, COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: A Inovação no Tempo de Schumpeter e Marx. VII EGEPE – Associação Nacional de Estudos em Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas. CD ROOM, p.3218-3235. Florianópolis, 2012. Registro ISSN 1962-2537.
- FIEP – Federação das Indústrias do Paraná. “Com setor automotivo em alta, produção industrial do Paraná registra crescimento de 20% em 2021”. Disponível em <https://agenciafiep.com.br/2021/07/08/com->

setor-automotivo-em-alta-producao-industrial-doparana-registra-crescimento-de-20-em-2021/. Acesso em agosto de 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. “Séries Históricas e Estatísticas”. Disponível em: <https://seriesestatisticas.ibge.gov.br>. Acesso em 14 de abril de 2021.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. “Base de dados do Estado. Disponível em <http://www.ipardes.pr.gov.br/>. Acesso em Julho de 2021.

ITAÚ – Banco Itaú. “Análises Econômicas, Nossas Séries, ICI Commodities”. Disponível em: <https://www.itau.com.br/itaubba-pt/analises-economicas/nossas-series-economicas/icommodities>. Acesso em 14 de abril de 2021.

KEYNES, John Maynard. “A teoria geral do emprego, do juro e da moeda.” 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1992.

MDIC – Ministério de Desenvolvimento de Indústria e Comércio. “Estatísticas de

comércio exterior”. Disponível em: Acesso em 12 de abril de 2021.

Ministério do Trabalho e Previdência. “Dados Abertos”. Disponível em <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br>. Acesso em agosto de 2021.

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. “Séries Históricas”. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostrade-domicilios/>. Acesso em agosto de 2021.

SCHUMPETER, J. A. “Capitalismo, Socialismo e Democracia.” Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

SISCOMEX – Sistema Integrado de Comércio Exterior. “Dados de Exportação”. Disponível em: <http://www.siscomex.gov.br>. Acesso 12 de abril de 2021.

WORLDBANK. “Indicators, Economy & Growth”. Disponível em: <http://data.worldbank.org/indicator>. Acesso em 15 de abril de 2021.